

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.199 - ES (2019/0355561-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : WANDERSON DA CRUZ ARAUJO (PRESO)
RECORRENTE : DANIEL FERREIRA ARAUJO
RECORRENTE : MARCOS BRAGA RODRIGUES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por WANDERSON DA CRUZ ARAÚJO e DANIEL FERREIRA ARAÚJO – presos cautelarmente no dia 2/5/2018 pela suposta prática do crime de roubo majorado – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (0002096-28.2019.8.08.0000).

Na ação originária, a defesa alegou excesso de prazo para a formação da culpa. O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 135):

EMENTA: *HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE DO FEITO. DEMORA NÃO IMPUTÁVEL AO JUDICIÁRIO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.*

- 1. Não é possível concluir que o suposto excesso de prazo decorre de desídia do magistrado ou culpa do aparato judicial, mas sim, diante das peculiaridades do caso concreto, em especial, considerando tratar-se de processo complexo, com três réus, referente a vários fatos criminosos em face de seis vítimas, bem como permaneceu em carga com advogado por mais de 4 (quatro) meses, sendo que tais circunstâncias justificam eventual prolongamento da instrução processual.*
- 2. Ordem conhecida e denegada.*

Nas razões do presente recurso, a Defensoria Pública alega ausência de motivos legais para a decretação da prisão preventiva dos recorrentes. Sustenta que a medida foi aplicada sem apoio nas hipóteses previstas no art. 312 do CPP, mas com base apenas na gravidade abstrata do crime imputado.

Superior Tribunal de Justiça

No mais, reitera a alegação de excessiva demora no julgamento da ação penal e que seria possível, no caso, a aplicação de outras medidas cautelares mais brandas.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva dos recorrentes.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Preliminarmente, observa-se que a alegação de ausência de motivos legais para a prisão preventiva dos recorrentes não foi debatida no acórdão impugnado, o que impede o exame direto por esta Corte por configurar indevida supressão de instância.

Quanto à tese de excesso de prazo, o Tribunal estadual entendeu não haver demora injustificada, como se depreende do seguinte trecho do acórdão (e-STJ fl. 137):

Na seqüência os autos permaneceram paralisados em razão de carga feita por advogado, entre 30/07/2018 e 03/12/2018, o que, inclusive, impediu a realização da AIJ designada para 10/09/2018. Assim, redesignada AIJ para 07/02/2019, a qual foi devidamente realizada, conforme termo de fls. 47. Realizada AIJ de continuação para 11/04/2019, com a oitiva de uma testemunha, porém, necessária nova designação para oitiva de duas faltantes, bem como porque a defesa requereu nova oitiva da testemunha Marcelo, para proceder novamente o reconhecimento do réu Marcos. Por fim, foi realizada AIJ em 27/06/2019, com a oitiva das testemunhas e interrogatório dos réus, encontrando-se os autos conclusos para análise de novo pedido de liberdade provisória feito pela Defensoria Pública e

Superior Tribunal de Justiça

pedido de renovação de ofício à CETURB.

Desse modo, não é possível concluir que o suposto excesso de prazo decorre de desídia do magistrado ou culpa do aparato judicial, mas sim, diante das peculiaridades do caso concreto, em especial, considerando tratar-se de processo complexo, com três réus, referente a vários fatos criminosos em face de seis vítimas, bem como permaneceu em carga com advogado por mais de 4 (quatro) meses, sendo que tais circunstâncias justificam eventual prolongamento da instrução processual.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator